

## ESTUDO PRÁTICO

### DESPESAS COM PESSOAL

1. Analise o Demonstrativo da despesa com pessoal do Estado do Rio Grande Sul, abaixo, referente ao 3.º quadrimestre do ano de 2014 e faça o que se pede:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JAN/2014 A DEZ/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.999.714.172,64	7.271.577,11
Pessoal Ativo	10.365.635.357,29	7.271.577,11
Pessoal Inativo e Pensionistas (3)	16.436.578.858,43	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)	197.499.956,92	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19da LRF) (II)	13.903.149.379,17	6.811.980,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	824.239.422,95	6.799.459,19
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	212.342.380,86	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1) (2) (3)	8.950.443.084,54	
Demais Exclusões (2)	3.916.124.490,82	12.521,49
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) (4)</b>	<b>13.096.564.793,47</b>	<b>459.596,43</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>13.097.024.389,90</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	28.633.465.815,75	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	45,74%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 49.00%	14.030.398.249,72	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46.55%	13.328.878.337,23	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44.10%	12.627.358.424,75	

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Notas:

- 1 - A Contribuição Previdenciária dos Servidores, instituída pela Lei estadual 12.065 de 29 de março de 2004, está sendo deduzida das despesas com Inativos na proporção 79,22% de jan a dez/14, do total arrecadado pelo IPERGS, relativo ao pessoal do Poder Executivo, conforme Instrução do TCE.
- 2 - A Despesa Líquida com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas de Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001, no Parecer Coletivo 2/2002 e na Informação TCE 24/2004, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001, 08 de maio de 2002 e 21 de julho de 2004, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral, abono de permanência e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos Servidores.
- 3 - A partir de 2012, as despesas com inativos e pensionistas empenhadas pelo regime de previdência, que eram contabilizadas no grupo 3, voltaram a ser contabilizadas no grupo 1. Essa alteração ocasionou uma dupla contagem nas despesas brutas com Pessoal Inativo e Pensionistas. A eliminação dessa duplicidade ocorre por meio do item Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados constante na parte de Despesas Não Computadas.

A partir das informações apresentadas nas notas, recalcule a despesa total com pessoal e verifique se o estado ultrapassou algum dos limites estabelecidos pela LRF.

2. O demonstrativo abaixo faz referência à Despesa com pessoal de um Tribunal de Justiça. Identifique as possíveis inconsistências, caso necessário, refaça os cálculos devidos e verifique se o TJ ultrapassou algum dos limites estabelecidos pela LRF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2009 A AGOSTO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	366.830.796,85	-
Pessoal Ativo	290.162.313,22	
Pessoal Inativo e Pensionista <sup>2</sup>	76.668.483,63	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	105.525.732,41	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	49.904,62	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	76.668.483,63	
Imposto de Renda <sup>3</sup>	28.807.344,16	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	261.305.064,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		261.305.064,44
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	5.028.741.398,18	5.028.741.398,18
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =	5,20	-
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) = 6%	301.724.483,89	-
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) = 95%	286.638.259,70	-